

Evandro Régis Eckel

---

**A Regularização Fundiária  
como principal desafio à  
Implementação do Sistema  
de Áreas Protegidas**

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Evandro Régis Eckel

Categoria: Direito Ambiental

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

E19r

Eckel, Evandro Régis

A regularização fundiária como principal desafio à implementação do sistema de áreas protegidas / Evandro Régis Eckel. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

328 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 275-299.

ISBN 978-65-5510-305-2

1. Direito ambiental. 2. Sustentabilidade. 3. Direito de propriedade.  
4. Área protegida. 5. Indenização. I. Título.

CDD 344

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Direito de Propriedade no Brasil.....	9
1.1 Meio ambiente e Direito Ambiental .....	10
1.1.1 Conceito de meio ambiente .....	10
1.1.2 Conceito de Direito Ambiental.....	13
1.1.3 Características .....	14
1.1.4 Dignidade humana, dimensão ecológica e mínimo existencial ecológico .....	19
1.1.5 Direito fundamental ao meio ambiente.....	21
1.1.6 Princípios de Direito Ambiental.....	27
1.1.7 Princípio da Sustentabilidade.....	33
1.2 Marco jurídico das áreas protegidas no Brasil: sistema nacional de unidades de conservação.....	37
1.2.1 Espaços territoriais especialmente protegidos.....	37
1.2.2 Unidades de Conservação. Conceito .....	42
1.2.2.1 Parques Nacionais.....	44
1.2.3 Criação .....	45
1.2.4 Alteração ou supressão .....	47
1.2.5 Medida cautelar .....	49
1.2.6 Plano de Manejo .....	49
1.2.7 Atividades legalmente proibidas .....	51
1.2.8 Regras de transição .....	51
1.2.9 Zonas de amortecimento e Corredores Ecológicos .....	55
1.2.10 Mosaicos de unidades de conservação .....	56
1.2.11 Terras devolutas .....	56

1.2.12 Gestão das unidades de conservação.....	57
1.2.12.1 Gestão pública .....	57
1.2.12.2 Gestão compartilhada mediante parceria com OSCIPs.....	57
1.2.13 Fontes de recursos e critérios de aplicação.....	58
1.3 Direito de propriedade e função socioambiental.....	59
1.3.1 Direito de propriedade em geral.....	59
1.3.2 Noção de função e função social da propriedade .....	64
1.3.3 A função socioambiental da propriedade .....	68
1.4 A lei do SNUC e o direito de propriedade .....	79
1.4.1 Análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) .....	91
1.4.2 Nota sobre a postura do STF.....	99
Capítulo 2 – Sistema de Espaços Naturais Protegidos e Direito de Propriedade no Ordenamento Jurídico Espanhol.....	101
2.1 Evolução histórica e conceitual .....	101
2.1.1 Evolução histórica.....	104
2.1.1.1 Primeira etapa (1872–1975) – O espírito de Yellowstone ....	104
2.1.1.2 Segunda etapa (1975–1992) – O espírito de Estocolmo .....	107
2.1.1.3 Terceira etapa (a partir de 1992) – O espírito do Rio de Janeiro .....	109
2.2 ENPS e o desenvolvimento rural.....	112
2.3 Regime jurídico do sistema de espaços naturais protegidos na Espanha e na União Europeia .....	114
2.4 Direito ao meio ambiente.....	117
2.5 A proteção do meio ambiente na União Europeia .....	120
2.6 O planejamento como técnica preventiva de proteção ambiental .....	123
2.7 O planejamento ecológico. Os espaços naturais protegidos e seus planos de ordenação e gestão .....	124
2.7.1 Categorias da legislação nacional espanhola.....	126

2.7.2 Plano de Ordenação dos Recursos Naturais – PORN .....	129
2.7.3 Plano Reitor de Uso e Gestão – PRUG .....	135
2.7.4 Compensação na Avaliação de Impacto Ambiental .....	137
2.7.5 Os espaços protegidos da Rede Ecológica Europeia Natura 2000.....	141
2.7.6 Áreas protegidas por instrumentos internacionais.....	143
2.8 Direito de propriedade e função social .....	147
2.9 Espaços naturais protegidos, limitações sobre a propriedade privada, expropriação forçada e o regime de indenizações .....	154
2.9.1 O estado da arte na doutrina.....	155
2.9.2 Análise da jurisprudência do Tribunal Supremo.....	166
2.9.3 Síntese.....	180
Capítulo 3 – Desafios e Instrumentos para Efetiva Implementação das Áreas Protegidas .....	183
3.1 Compromissos internacionais.....	184
3.1.1. Convenção sobre a Diversidade Biológica .....	184
3.2 Análise comparativa das áreas protegidas no Brasil e na Espanha....	186
3.2.1 Aspectos destacados dos marcos jurídicos .....	186
3.2.2 Déficit de implementação.....	194
3.3 Parques de papel no Brasil .....	200
3.3.1 Regularização fundiária .....	204
3.3.2 A sustentabilidade financeira dos parques.....	210
3.3.3 Instrumentos de comando e controle x instrumentos econômicos...	211
3.4 Serviços ecossistêmicos e sua importância econômica.....	216
3.4.1 Serviços ecossistêmicos.....	216
3.4.2 A importância econômica dos serviços ecossistêmicos prestados pelas UCs.....	225
3.4.2.1 Quanto vale o verde? .....	225
3.4.2.2 Turismo e uso público .....	229

3.4.2.3 Recursos hídricos e solos .....	233
3.4.2.4 Erosão e perda do solo.....	236
3.4.2.5 Estoque de Carbono florestal – Redução de Gases de Efeito Estufa .....	237
3.5 Instrumentos econômicos para implementação dos parques.....	242
3.5.1 Concessão de serviços à iniciativa privada .....	242
3.5.2 Compensação ambiental .....	243
3.5.3 Compensação de Reserva Legal .....	248
3.5.4 Cota de Reserva Ambiental (CRA) .....	249
3.5.5 Compensação da Lei de Proteção do Bioma Mata Atlântica ....	250
3.5.6 Pagamento por Serviços Ambientais.....	251
3.5.7 ICMS ecológico .....	252
3.5.8 Cobrança pelos recursos hídricos .....	253
3.5.9 Fomento à Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).....	254
Considerações Finais .....	265
Referências Bibliográficas .....	275
Anexos .....	301